

# Inventário Turístico: experiências acadêmicas com metodologias e práticas no planejamento do turismo no Pontal Paulista - SP<sup>1</sup>

Alisson Perantoni<sup>2</sup>

Letícia Aparecida Viterbo Silva<sup>3</sup>

Fabiane Nagabe<sup>4</sup>

## Resumo:

O objetivo deste trabalho é expor a experiência do projeto Laboratório de Estudos e Planejamento para Consolidação da Oferta Turística (LEPCOT) no manuseio de ferramentas utilizadas como parte do diagnóstico turístico. Foi priorizado o uso de técnicas de inventariação turística já existentes, propostas pelo Ministério do Turismo em 2006. Sua utilização estimulou o interesse dos acadêmicos de turismo pelo campo do planejamento, bem como facilitou a compreensão dos mesmos quanto à importância do uso desta ferramenta e de sua complexidade de aplicação, desmistificando a ideia de simples coleta de dados. O trabalho com os discentes foi 20% teórico-prático e 80% prático, colocando-os diante das decisões, organização e gestão do processo de inventariação. Durante o período de uso das ferramentas selecionadas, os alunos foram monitorados quanto às dúvidas e dificuldades da metodologia empregada. Estes resultados foram reveladores de dificuldades já conhecidas e outras novas das quais o trabalho tratará.

**Palavras-chave:** Inventariação Turística. Pesquisa. UNESP.

## TOURISTIC INVENTORY: ACADEMIC EXPERIENCES WITH METHODOLOGIES AND PRACTICES IN THE TOURISM PLANNING IN PONTAL PAULISTA – SP

## Abstract:

This paper aims to present the experience of the project “Laboratory of Study and Planning for The Touristic’s Offer Consolidation (Laboratório de Estudos e Planejamento para Consolidação da Oferta Turística) (LEPCOT), in dealing with tools used as part of the tourism diagnosis. It was prioritized the use of well-known techniques for the already existing tourist offer inventory, all of them proposed by the Ministry of Tourism in 2006. Its utilization has stimulated the interest of the tourism academic students for the planning area and also simplified the understanding of the importance and complexity of this tool, demystifying that is not just about collecting data. The work with the students was divided in 20% theoretical-practical and 80% practical, putting them under the decision taking situations, organization and management of the tourist offer inventoriating process. During the use of the proposed tools, the students were assisted about doubts and difficulties of the methodology. The results showed troubles already known and other new ones of which this work will therefore mention.

**Keywords:** Tourist inventory. Research. UNESP.

<sup>1</sup> Esta pesquisa conta com o apoio e financiamento da PROEX – Pró-Reitoria de Extensão da UNESP.

<sup>2</sup> Graduando do curso de Turismo, da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. E-mail: aliperantoni@gmail.com

<sup>3</sup> Graduanda do curso de Turismo, da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. E-mail: leticiapviterbo@gmail.com

<sup>4</sup> Bacharel em Turismo, mestre em História, professora da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, no Curso de turismo, coordenadora do projeto PROEX ID13780/2012, intitulado: “Laboratório de Estudos e Planejamento para Consolidação da Oferta Turística (LEPCOT)”.

## INVENTARIO TURÍSTICO: EXPERIENCIAS ACADÉMICAS CON METODOLOGÍAS Y PRÁCTICAS EN LA PLANIFICACIÓN DEL TURISMO EN PONTAL PAULISTA - SP

### RESUMEN

El objetivo de este trabajo es el diseño de experiencias de laboratorio y estudios de planificación para la consolidación de la oferta turística (LEPCOT) en el manejo de herramientas que se utilizan como parte de lo diagnóstico turístico. Se priorizó el uso de técnicas de inventariación turística existente, propuesta por el Ministerio de Turismo en 2006. Su uso se ha estimulado el interés de los estudiantes en el campo de la planificación del turismo, así como la facilitación de la comprensión de los mismos en cuanto a la importancia de la utilización de esta herramienta y su complejidad de la aplicación, desmitificando la idea de la recopilación de datos simple. El trabajo con los estudiantes fue del 20% teórico y 80% práctico y cómodo, poniéndolos delante de situaciones de decisión, organización y gestión del proceso de inventario. Durante el período de uso de las herramientas de selección, los estudiantes fueron controlados sobre las dudas y dificultades de la metodología empleada. Estos resultados ponen de manifiesto las dificultades que ya eran conocidos y otros nuevos que se ocupan de la obra.

**Palabras clave:** Inventario turístico. Investigación. UNESP.

### 1 INTRODUÇÃO

O Estado de São Paulo atualmente detém parte dos principais núcleos emissores de turistas do país, e incentivar a viagem dentro de seu próprio território exige uma organização da oferta turística, a fim de motivar essa demanda a conhecer suas potencialidades. Contraditoriamente, ainda há muitos municípios paulistas interioranos que não conseguiram planejar o uso adequado de suas potencialidades turísticas. Por vezes, faltam informações adequadas para aqueles que querem planejar, organizar e investir no turismo ou somente visitar as extremidades do Estado.

O município de Rosana, localizado no Pontal Paulista, região de fronteira com o Paraná e Mato

Grosso do Sul é um exemplo de localidade cujo expressivo potencial turístico precisa ser identificado e sistematizado.

Diante desta realidade e da necessidade didática de formar bacharéis em turismo preparados para utilizar as ferramentas diagnósticas da realidade turística, foi montado o Laboratório de Estudos e Planejamento para Consolidação da Oferta Turística (LEPCOT), cujo objetivo é coletar, armazenar e disponibilizar dados a respeito do turismo nesta região. Este laboratório também atende aos parâmetros estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Bacharelado em Turismo, no que tange à necessidade de Conteúdos Teóricos Práticos, fortalecendo o curso de Turismo da UNESP.

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo geral expor a experiência do projeto LEPCOT, no manuseio de ferramentas utilizadas como parte do diagnóstico turístico. Este projeto teve início em março de 2012, e priorizou o uso de técnicas de inventariação turísticas já existentes, propostas pelo Ministério do Turismo em 2006. A escolha desta metodologia se deu, pois, durante a formatação do projeto em 2011, quando ainda vigoravam esses instrumentos. Sabe-se que, atualmente, está disponível a ferramenta de inventariação turística modificada produzida pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Divulgada em julho de 2011, esta ainda não havia sido disponibilizada para utilização até o período de formatação do projeto, sendo utilizadas apenas nos anos posteriores.

Dentre as práticas discentes realizadas desde o início do projeto estão: capacitação dos estudantes envolvidos, passando por leitura do material disponibilizado pelo Ministério do Turismo (2006), exposição do método de utilização do material, aplicação de fichas-teste e procedimento de sensibilização dos moradores locais quanto à realização da atividade, todos anteriores à sua execução. Importa destacar que o projeto contemplava um total de 28 alunos envolvidos, sendo três deles bolsistas do próprio projeto.

As dificuldades encontradas foram coletadas pelos alunos bolsistas durante o desenvolvimento da atividade. Tais dificuldades foram elencadas e, posteriormente, destacadas aquelas mais expressivas, a fim de produzir sugestões de mudanças que melhor se aplicassem às demandas de municípios

do mesmo porte em relação àquele estudado.

Para expor a experiência registrada pelo LEPCOT, este artigo foi organizado priorizando as bases teóricas utilizadas como alicerce às práticas de planejamento do turismo, seguido de uma breve contextualização da inserção das práticas de inventariação turística no país, bem como o registro dos resultados e a reflexão em torno dos caminhos propostos para um futuro próximo.

## 2 OLHARES COMPARTILHADOS A RESPEITO DO PLANEJAMENTO DO TURISMO

O turismo é uma atividade considerada complexa que sobrepõe vários setores da sociedade e da economia. Dessa forma, sua expansão desordenada pode provocar efeitos inesperados e indesejados como salientam inúmeros estudos. A necessidade do entendimento do turismo enquanto aporte para o desenvolvimento social sustentável, valorização das memórias e das identidades locais, nos leva ao indicativo da importância do planejamento realizado a partir de diagnósticos consistentes.

Para planejar o turismo é necessário pensar no que se quer atingir no futuro, cuidar para que as tarefas propostas sejam efetivas, bem realizadas e os objetivos atingidos. Assim, planejar o turismo “[...] é ordenar as ações e dar prioridades a elas, é permitir mapear dificuldades e escolher caminhos alternativos” (PETROCHI, 1998, p.18). Tais ações podem variar de país para país e de região para região, de acordo com os níveis de complexidade dessas áreas e da vontade do poder público e dos moradores locais.

Bissoli (1999, p. 34) afirma que o planejamento turístico:

[...] é um processo que analisa a atividade turística de um determinado espaço geográfico, diagnosticando seu desenvolvimento e fixando um modelo de atuação mediante o estabelecimento de metas, objetivos, estratégias e diretrizes com os quais se pretende impulsionar, coordenar e integrar o turismo ao conjunto macroeconômico em que está inserido.

Para isso, a proposta do planejamento é melhorar os núcleos turísticos, com espaços urbanos bem cuidados, pessoas hospitaleiras, capacitadas a prestar serviços de qualidade e com eficiente estrutura de comercialização de seus produtos turísticos. Para a organização de núcleos desta natureza, propostas de planejamento são elaboradas por diferentes autores. Nelas comumente constam as etapas de: inventariação turística (coleta de dados), diagnóstico turístico (análise de dados), plano de ação (objetivos, metas, estratégias e diretrizes) e o controle e gerenciamento (avaliação).

Cada uma das etapas elencadas pode ser desenvolvida a partir de variadas ferramentas. Torna-se importante a escolha correta de instrumentos que facilitem e ajudem o processo, garantindo racionalidade, confiabilidade e velocidade nas implementações e decisões que serão tomadas durante o mesmo.

No Brasil, apesar do expressivo crescimento das demandas e fluxos turísticos, algumas autoridades insistem em tratar o planejamento turístico com amadorismo ou com vistas unicamente aos seus interesses políticos. Trigo (apud LOHMANN; NETTO, 2008) salienta que a situação no Brasil é, no mínimo, desconfortável. Para o autor:

[...] as causas não são difíceis de encontrar: estrutura urbana precária, violência no trânsito, violência urbana, miséria explícita nas ruas, tráfico de drogas, violência policial e farta propaganda de tudo isso na imprensa internacional. O turismo está ligado às saúdes econômica, social e política do país.

No caso do município de Rosana, todos os problemas registrados por Trigo também se fazem presentes. Todavia, o turismo, mesmo afetado pela conjuntura do lugar, tem atingido posição de destaque diante do incessante fluxo de visitantes que chegam à localidade.

Apesar da constante demanda nos períodos de verão e de pesca<sup>5</sup>, esses números nunca foram quantificados, assim como não se tem também nenhum registro de inventário turístico do município. Diante da necessidade de gerir e ordenar o turismo de Rosana, o escolhemos para iniciar as atividades do LEPCOT.

<sup>5</sup> Rosana localiza-se entre dois grandes rios, o Rio Paraná e Rio Paranapanema.

Considerando que o planejamento é uma estratégia e um instrumento valioso para orientar o sistema de turismo e que, para iniciá-lo, é imprescindível a realização de um bom diagnóstico da realidade envolvida, optou-se por, primeiramente, realizar-se a inventariação turística do lugar.

A organização de um inventário turístico pressupõe o levantamento, a sistematização e a análise de dados relativos aos atrativos turísticos, aos serviços e aos equipamentos turísticos, à infraestrutura de apoio, bem como à base de informações.

A definição de Bissoli remete à ideia de que o Inventário da Oferta Turística é apenas uma etapa do planejamento, que, posteriormente, ditará o modo de agir dos órgãos competentes pelo turismo no local, traçando metas, objetivos, programas e projetos a serem alcançadas, e estabelecendo uma ordem hierárquica entre eles. Já na definição do Ministério do Turismo, a Inventariação Turística compreende somente o levantamento dos dados para servir como base para o planejamento e a realização da atividade turística, método este pouco embasado para que se estabeleça um planejamento completo e responsável.

Segundo o Ministério do Turismo (2006, p. 8):

A inventariação da Oferta Turística compreende levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, serviços e

equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística.

Entendemos que ao ato de inventariação compete não somente o levantamento, mas também o registro e conhecimento dos dados levantados, quantificando-os para atingir metas previamente estabelecidas, definindo as prioridades e as ações que deverão ser tomadas inicialmente.

### **3 UM BREVE HISTÓRICO A RESPEITO DA INVENTARIAÇÃO TURÍSTICA NO BRASIL**

O século XX é o marco do processo de inventariação turística no Brasil, segundo o

Ministério do Turismo (2006, p.9), pois é nesse período que o país recebe seu primeiro mapeamento turístico. Baseado em experiências internacionais, este primeiro processo é resultante de um acordo entre cooperativas do governo brasileiro com o governo norte americano.

Já em meados dos anos 1980, a EMBRATUR foca seus olhares no espaço turístico nacional a fim de identificá-lo, o que leva o instituto a estudar metodologias para elaborar ferramentas a fim de produzir um inventário turístico do país. No decorrer dos anos de 1980, 1984 e 1992, esta metodologia é utilizada, culminando em um documento denominado: “Inventário da Oferta Turística”.

Com a implantação do Programa Nacional da Municipalização do Turismo – PNMT<sup>6</sup>, na década de 1990, há a inserção de novas propostas para a inventariação no cenário do planejamento do turismo brasileiro, sob a perspectiva de que o turismo é “movimento da economia” (EMBRATUR, 2001, p. 26). Mais de dez anos depois, em 2001, a EMBRATUR, continua a estimular os municípios brasileiros a realizarem a inventariação, com vistas à descoberta de suas potencialidades turísticas, como parte do processo de desenvolvimento municipal do turismo. Contudo, documentos das oficinas do PMNT, indicam em seu “Módulo B: diagnóstico do município” a necessidade de realização de pesquisa e a análise da situação do município, sem citar o termo inventário turístico.

Para a pesquisa e a coleta de informações da situação do município, o material do PNMT indica o uso de diferentes técnicas de coletas de dados, como, por exemplo, o estudo por meio de entrevistas pessoais, questionários, jornais, anuários

---

<sup>6</sup> No Brasil, um dos primeiros incentivos federais ao desenvolvimento turístico regional veio do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), criado em março de 1994, pela então Secretaria Nacional de Serviços, mediante a Portaria n° 130, de 30 de dezembro de 1994, e coordenado pela EMBRATUR durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Este Plano foi criado sob as instruções da Organização Mundial de Turismo, com auxílio do Centro Mundial de Pesquisa e Educação para o Turismo da Universidade de Calgary, do Canadá (EMBRATUR, 2001). Entre suas metas principais, estava a descentralização do poder decisório sobre a atividade turística, estabelecendo estratégias locais com a participação dos municípios no processo. Foi uma tentativa de desenvolver o turismo nos estados brasileiros por meio de sua municipalização, incentivando as ações de base municipal.

estatísticos, revistas, vídeos, filmes, observação direta, amostragem, experiências e pesquisa em arquivos e em entidades ligadas diretamente ou indiretamente ao turismo. Ainda assim, sabe-se que o estímulo à realização da inventariação aconteceu, inclusive com a ocorrência de oficinas para transferir conhecimentos das técnicas envolvidas a multiplicadores. Esses repasses metodológicos envolveram gestores municipais, instituições de ensino superior, instituições representativas de classe e interessados em desenvolver o turismo em seus municípios.

Mais dois anos se passaram e, em 2003, com a criação do Ministério do Turismo, pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva<sup>7</sup>, opta-se pela revisão das estratégias de inventariação da oferta turística. Uma das fragilidades levantadas foi a ausência de padronização na apresentação dos resultados e na forma de divulgá-los. Segundo o Ministério do Turismo (2006, p. 9) não existia nem mesmo “[...] um instrumento de pesquisa eficiente para a coleta de dados”.

As lacunas observadas levaram o então Ministério do Turismo a convidar um grupo de professores e pesquisadores de diferentes regiões do país para montar um modelo de inventariação que pudesse ser aplicado em todo o território nacional. Os instrumentos de pesquisa e a conceituação das terminologias utilizadas foram alterados, e a sua nova versão foi testada no Rio Grande do Sul, por meio do Projeto-Piloto Inventário da Oferta Turística (Ministério do Turismo, 2006).

A ferramenta gestada no governo de Lula foi utilizada por muitos municípios brasileiros, que, diante de suas peculiaridades, diferenças demográficas e espaciais, de recursos humanos e variedades de formas, reconheceram a validade da metodologia, mas também apresentaram inúmeras ocorrências de falhas.

---

<sup>7</sup> Até o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que se iniciou no ano de 2003 e se estende por dois mandatos consecutivos, o turismo não possuía um ministério próprio. As ações políticas para o desenvolvimento e a organização do turismo no país se encontravam inseridas em pastas das mais diversas áreas, como o Ministério de Indústria, Comércio e Turismo e o Ministério do Esporte e Turismo, e desses ministérios que partiam então, as ações para o turismo, nunca de forma prioritária, tal como frisamos. Foi durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva que foi criado o Ministério do Turismo, desmembrando-o do Ministério do Esporte e Turismo, em 1º de janeiro de 2003.

Em julho de 2011, o Ministério do Turismo, juntamente com a Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), anunciou a criação e a aplicação de uma nova metodologia de inventariação turística com indicadores de sustentabilidade. O projeto coordenado por Marco Aurélio Ávila, professor da UESC, inovou incluindo no processo de coleta das informações a utilização de equipamentos eletrônicos e recursos tecnológicos, como forma de diminuir o tempo e aumentar a precisão da pesquisa. Para elaboração da nova metodologia, a universidade anunciou que houve contribuições de lideranças comunitárias por meio de *workshops* e reuniões. A nova metodologia promete ser mais democrática por meio da disponibilização mais rápida das informações coletadas, contribuindo para a comercialização de serviços e produtos turísticos.

#### 4 UM POUCO DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PLANEJAMENTO PARA CONSOLIDAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA

O projeto LEPCOT tem como princípio contribuir para a formação acadêmica e profissional dos discentes vinculados à iniciativa. Um de seus principais objetivos é incitar o processo de planejamento nos discentes como forma de contribuir para sua formação acadêmica e profissional, por meio do envolvimento com projetos de pesquisa e extensão relacionados ao planejamento turístico.

A previsão é que o projeto beneficie diretamente 30 acadêmicos e, indiretamente, a longo prazo, mais de 20.000 pessoas, entre pesquisadores que estudam a região e os moradores do município de Rosana.

O LEPCOT pretende ser um instrumento didático-pedagógico para a inserção do aluno na realidade de seu campo de atuação, antecipando a realidade profissional, a fim de facilitar o ingresso no mercado de trabalho, por meio do desenvolvimento de um espírito crítico-analítico. Além disso, proporciona aos discentes do curso de Turismo da UNESP o contato com a realidade local e regional dos municípios de Rosana e entorno. Possibilita, também, a oportunidade de diagnosticar e de propor ações frente a essa realidade, e de gerar um banco de dados e informações sobre ela, com possibilidade de sistematização e análise para publicação em meios acadêmicos.

#### 4.1 APLICAÇÃO DE INVENTÁRIO TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE ROSANA-SP

O processo de inventariação no município de Rosana se deu a partir do levantamento de sua área e subsequente divisão da mesma em cinco partes, para facilitar a atuação no campo de abrangência e a dinamização do tempo de aplicação do método no local. Contudo, antes houve uma divisão dos envolvidos em grupos gerenciados pelos bolsistas do projeto cujas atribuições eram: escolha das áreas pelos grupos, de acordo com o número de integrantes; levantamento dos locais a serem inventariados; descrição dos métodos de sensibilização que poderiam ser adotados. Todos os alunos participantes das atividades encontravam-se vinculados à disciplina de Planejamento e Organização do Turismo II.

Após a divisão das áreas do município iniciou-se o processo de capacitação dos alunos, por meio da leitura e interpretação do material disponibilizado, bem como aulas expositivas dialogadas. Assim como nas pesquisas de gabinete, os alunos realizaram o levantamento prévio de dados do município para facilitar a compreensão da área de pesquisa. Estes dados prévios, posteriormente, foram utilizados para o preenchimento das fichas de coleta de dados e para a realização de uma contagem prévia de quantos itens deveriam ser inventariados.

Este levantamento prévio foi sistematizado pelos bolsistas do LEPCOT, que o projetou em uma representação cartográfica do município. Esta distribuição espacial permitiu observar a concentração de itens a inventariar por região do município, o que levou a uma nova subdivisão das equipes de trabalho a partir do zoneamento realizado.

O zoneamento foi realizado subdividindo-se os bairros da cidade em cinco áreas, cada uma correspondente a um grupo de atuação, ficando responsáveis por áreas urbanas os grupos que atuaram nas áreas mais próximas a elas.

A partir dos dados coletados o LEPCOT realizou uma projeção em plantas cartográficas identificando os lugares empíricos de trabalho. Definidos os locais a serem inventariados, cada aluno escolheu um tipo de estabelecimento mais recorrente em sua área para testar sua respectiva ficha de avaliação. O teste aconteceu em localidades diferentes do que deveria ser inventariado, para não

saturar o comércio e os moradores locais. A intenção foi o de realizar uma identificação prévia de dúvidas e dificuldades que poderiam ocorrer em campo e saná-las antes da coleta real.

O contato com a prefeitura de Rosana foi fundamental para firmar a parceria que garantiu a sessão de informações a respeito do município e a gestão de suas áreas públicas. Foi a Secretaria de Turismo e Cultura, por meio de seu secretário, que viabilizou a sensibilização dos moradores locais quanto à importância da atividade. Toda a cidade foi informada do acontecimento uma semana antes do seu início e durante sua execução.

Para um melhor manejo das atividades as fichas foram previamente preenchidas a lápis e depois aplicadas no município. Após a confirmação dos dados, as fichas passaram a serem preenchida à caneta. Foi esse processo que possibilitou o reconhecimento de cada uma das fichas pelos envolvidos.

Por meio das fichas preenchidas foi iniciada a tabulação dos dados, bem como a identificação das dificuldades enfrentadas durante o processo e das características do município, e foi possível perceber a necessidade de um método que melhor se adequasse às peculiaridades de municípios interioranos de pequeno porte.

#### 4.2 DIFICULDADES LEVANTADAS

Das dificuldades levantadas pelos envolvidos na aplicação da ferramenta de inventariação, vislumbram-se os itens decorrentes a partir dos módulos apresentados pelo material do Ministério do Turismo, descrevendo, assim, as mais evidentes entre os alunos.

Módulo A (Infraestrutura de Apoio ao Turismo):

- ▮ Ficha A6 (Sistemas Educacionais): Ausência da opção creche, sendo esta a primeira instituição de ensino onde muitas crianças passam o dia, além de instalações educacionais de caráter social, como levantado no município o exemplo do Projeto Criança Cidadã.
- ▮ Ficha A7 (Outros Serviços de Apoio): apresenta falta de subtipos e desmembramentos da mesma em um maior número de fichas, na qual a utilização de um único documento

para diferentes tipos de instalações, como igreja, comércio e prestadores de serviço, se tornou um empecilho.

Módulo B (Infraestrutura de Apoio ao Turismo):

▮ Ficha B2 (Alimentos e Bebidas): Descreve-se nessa ficha um item que pede a caracterização do local por um tema, um tipo de gastronomia específico, não dando margem para vinculações de própria autoria ou legados históricos passados de geração para geração.

Módulo C (Atrativos Turísticos):

▮ Ficha C1 (Atrativos Naturais): Essa ficha estabelece que todo atrativo desta categoria necessariamente tenha algum tipo de administração pública ou privada, não levando em consideração atrativos que não possuam um responsável técnico ou administrativo. Esta ficha também pressupõe transporte para tal atrativo, não havendo a opção de transportes particulares ou alternativos nas opções de preenchimento. Além disso, a área para se descrever os serviços e equipamentos dos atrativos, encontrava-se representada a partir de tabelas, o que a deixava confusa no momento de seu preenchimento. Outra questão levantada foi o não reconhecimento do atrativo natural como único e independente de infraestrutura para ser considerado como tal, destacando, também, o tópico sobre a origem dos visitantes, já que esse item só pode ser preenchido após entrevista com um responsável pelo atrativo ou com o próprio visitante.

▮ Ficha C2 (Atrativos Culturais): apresenta o tópico legislação de proteção aos atrativos, caracterizado quando se há órgão responsável, não podendo este se tratar de legados da

própria comunidade local, possuindo, como exemplo, a estação ferroviária abandonada da cidade.

▮ Ficha C5 (Eventos Permanentes): aponta-se como problemático o item das instalações de celebração dos eventos, pois não se contempla situações em que o evento possa ser itinerante.

Outros itens, recorrentes em diversas fichas, também apresentaram dificuldades de preenchimento pelos alunos, assim relatados:

Houve queixa de excesso de informações necessárias no item “Prédio, Equipamentos, Instalações e Acessibilidade” presente em fichas que intentariam estabelecimentos, alegando que, no município, poucos estabelecimentos estão adequados para pessoas com deficiência física. Ainda que visto do ponto de vista do responsável pelo preenchimento, ainda neste item há a necessidade de apontamentos quanto à arquitetura e ao estado onde se encontra o local, atrasando o processo de preenchimento da ficha.

O item que informa o horário e o período do ano em que o estabelecimento funciona está incompleto, segundo os alunos, pois em diversos locais o horário de atendimento é diferenciado aos finais de semana e a ficha não contempla espaço para tal informação.

### 4.3 PRÓXIMOS PASSOS

O processo de planejamento turístico requer várias ferramentas, para a construção de seu diagnóstico, que levem a compreender toda a complexidade social, política, física, econômica e ambiental dos municípios que pretendem se consolidar como um destino turístico. Neste sentido, Barreto (2005, p.30) afirma que todas as definições de planejamento “[...] têm em comum duas ideias: a de complexidade (quando se fala em sistema, processo, mecanismo) e a ação voltada para o futuro”.

Com vistas ao futuro, Ruschmann (2001) defende que o planejamento é fundamental para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, e que, em uma disciplina de graduação, por exemplo, os alunos devem ser ensinados a utilizar de forma adequada técnicas e instrumentos pertinentes ao

planejamento. Diante das valiosas contribuições de Barreto e Ruschmann, os caminhos delineados para a condução deste projeto orientam-se para a ampliação na formação de um profissional cada vez mais comprometido com o planejamento do turismo participativo, que integre os interesses dos moradores locais e as forças do capital turístico.

Assim, após a realização do inventário turístico, o próximo passo será realizar um estudo de interesse turístico local, como ações que envolvam a participação de moradores locais, iniciativa privada e pública. Estas ações pretendem identificar as ansiedades e as necessidades locais.

Este sentido de formação resulta do entendimento de que planejar o turismo é algo complexo, considerando seus objetivos contraditórios, que, ao mesmo tempo em que busca: “[...] prover oportunidade e acesso às experiências recreacionais ao maior número de pessoas possível”, precisa garantir a proteção, a integridade e a originalidade de seus bens culturais e naturais, evitando sua descaracterização e de suas comunidades (RUSCHMANN, 1997, p. 87).

Gradativamente, o modelo de planejamento centralizado está dando lugar ao modelo de planejamento participativo, reconhecendo as capacidades e os interesses locais e regionais, como as realidades dos grupos humanos e econômicos que atuam em suas respectivas áreas (BISSOLI, 1999, p. 54).

Tal forma de planejamento busca valorizar os atrativos turísticos como um bem coletivo, permitindo aos seus moradores uma participação efetiva em todo o seu processo de desenvolvimento. É uma prática que pressupõe o compartilhamento das problemáticas; o reconhecimento dos atrativos; e a identificação das necessidades do lugar. Ainda, permite aos moradores locais o desenvolvimento de uma postura pró-ativa na identificação e solução de problemas assumindo a corresponsabilidade das decisões tomadas, fundamental para que o desenvolvimento perdure de maneira sustentável, como também sugere técnicas de planejamento do turismo propostas por Irving (1999).

Esta postura prima por um desenvolvimento regional e converge com a tendência mundial de perceber o turismo segundo uma nova visão estratégica de desenvolvimento, direcionada às potencialidades locais e ao retorno social de tal atividade para a região. Uma posição antagônica

à hegemonia do capital internacional, da lógica dos *resorts* que limita os turistas às suas “bolhas”. Que evidencia a falta de disposição por parte dos sujeitos sociais hegemônicos, envolvidos no processo de produção desses lugares, de promover sua integração com o entorno.

O envolvimento pró-ativo dos sujeitos locais nos processos decisórios do desenvolvimento turístico estimula seu contato com o turista e, conseqüentemente, a interação cultural mais harmônica entre ambos. Ao pensarmos o desenvolvimento turístico sob essa ótica, não podemos perder de vista a necessidade de fortalecimento das identidades locais. A construção de “não-lugares”, criticada por Ariza da Cruz (2007), deve ser desestimulada em detrimento da valorização da autenticidade cultural das relações sociais e das paisagens dos lugares. Também se deve desestimular a importação de modelos prontos, de ideias acabadas e incentivar a edificação de atitudes que primem pelo coletivo.

## 5 CONCLUSÕES

Apesar das dificuldades encontradas, todo o perímetro urbano e rururbano do município de Rosana-SP foi inventariado, atingindo-se o objetivo proposto pelo Ministério do Turismo de que a inventariação sirva “como instrumento base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística” (BRASIL, 2006, p.7). Ainda assim, a metodologia utilizada não nos parece totalmente adequada para registrar informações de municípios de pequeno porte.

A Inventariação Turística é apenas uma das etapas de diagnóstico do planejamento turístico, que é composto por outras atividades. Contudo, reconhece-se a importância desta ferramenta, e a necessidade de utilização desta etapa no planejamento do turismo para fins de desenvolvimento e consolidação da oferta turística local. Novos caminhos surgem com a nova proposta chancelada pelo Ministério do Turismo, que não destoam das intenções já traçadas entre os objetivos do LEPCOT.

Assim, se reconhece que essas informações são necessárias e essenciais para que seja instalado um turismo responsável na localidade, que respeite a cultura local, movimente a economia e agride o mínimo possível o meio natural.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, M. *Planejamento responsável do turismo*. Campinas: Papirus, 2005.

BENI, M. C. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.

BISSOLI, M. A. M. A. *Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação*. São Paulo: Futura, 2009.

BRASIL. *Projeto de Inventário da Oferta Turística: instrumento de pesquisa*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. *Manual do Pesquisador - Inventário da Oferta Turística: instrumento de pesquisa*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

CRUZ, R. C. A. da. *Geografia do turismo: de lugares e pseudo-lugares*. São Paulo: Roca, 2007.

EMBRATUR. *Guia para oficinas de treinamento dos agentes multiplicadores do Programa Nacional de Municipalização do Turismo*. Brasília: EMBRATUR, 2001.

IRVING, M. de A. *Participação e envolvimento comunitário: garantia ética de sustentabilidade em projetos de desenvolvimento*. *Espaço e Geografia*. Brasília, v.2, 1999.

LOHMANN, G, Netto, A. P. *Teoria do turismo: conceitos, modelo e sistemas*. São Paulo: Aleph, 2008.

PETROCCHI, M.. *Turismo: planejamento e gestão*. São Paulo: Futura, Campinas, 1998.

RUSCHMANN, D. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, D. *Planejamento turístico*. In: ANSARAH, M. *Turismo: como aprender, como ensinar*. São Paulo: Senac, 1998. v.2.

TRIGO, L. G. G.. *Turismo e qualidade: tendências*

*Recebido em 29 de outubro de 2012.*

*Aprovado, em sua versão final, em 18 de novembro de 2012.*

*Artigo convidado.*